



Estudos Teológicos foi licenciado com uma Licença Creative Commons –
Atribuição – NãoComercial – SemDerivados 3.0 Não Adaptada

<http://dx.doi.org/10.22351/et.v60i3.3326>

GRAVISSIMUM EDUCATIONIS E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA¹

Gravissimum Educationis
and the challenges of contemporary education

Ney de Souza²
Marcel Alves Martins³

Resumo: *Aggiornamento* e diálogo são duas chaves hermenêuticas importantes para se compreender o Concílio Vaticano II e o processo de abertura ao mundo contemporâneo que ele representa. Essas perspectivas nos ajudam a compreender a forma como os padres conciliares se abrem ao diálogo com diversas realidades humanas, inclusive a educação. O presente artigo apresenta, de forma sintética, o processo dialógico (e conflituoso) que o Concílio Vaticano II estabeleceu com o campo da educação, chegando à elaboração de uma declaração, a *Gravissimum Educationis*, sobre a educação cristã, assim como aponta para alguns dos principais pontos que permitem o estabelecimento desse diálogo. Por meio de um levantamento e análise bibliográficos, de fontes primárias, secundárias e comentaristas especialistas no assunto, tem-se por objetivo evidenciar como a igreja, através do diálogo proposto e realizado (não sem tensões) na elaboração da declaração sobre a educação cristã, vai dialogar com os desafios da educação contemporânea.

Palavras-chave: Educação. Vaticano II. Sociedade contemporânea. Diálogo.

Abstract: *Aggiornamento* and dialogue are two important hermeneutical keys to understand the Council Vatican II and the process of opening to the contemporary world that it represents. These perspectives help us to understand how the council priests open themselves up to dialogue with diverse human realities, including education. The present article introduces, in a summarized form, the dialogical (and conflictual) process that the Council Vatican II established with the field of education, which led to the elaboration of a declaration, *Gravissimum Educationis*, about Christian education, as it points to some of the main points that allow the establishment of this dialogue. Through a bibliographic survey and analysis, from primary, secondary sources and commentators specialized in the subject; the aim is to highlight how the Church, through the proposed and realized dialogue (not without tension) in the elaboration of the declaration on Christian education, will dialogue with the challenges of contemporary education.

Keywords: Education. Vatican II. Contemporary society. Dialogue.

¹ O artigo foi recebido em 20 de maio de 2018 e aprovado em 15 de agosto de 2020 com base nas avaliações dos pareceristas *ad hoc*.

² Doutor. PUC-SP. E-mail: nsouza@pucsp.br

³ Mestre. PUC-SP. E-mail: marcelalvesmartins_003@hotmail.com

Introdução

O papa João XXIII (1958-1963), ao pensar em um Concílio Geral da Igreja, desejou promover um *aggiornamento*, possibilitando uma abertura ao diálogo com a sociedade contemporânea e aproximando-se dos problemas e desafios que afetavam essa mesma sociedade: projetava-se um “novo Pentecostes”⁴ na Igreja Católica. Nos diálogos estabelecidos pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), a igreja chegou ao campo educacional ao discutir e a aprovar a Declaração sobre a Educação *Gravissimum Educationis*.

Partindo desses elementos, o texto a seguir analisa o processo de elaboração do documento conciliar, buscando indícios da concepção de educação e as divergências durante o processo. Na tentativa de estabelecer relação com a educação contemporânea, também foram apontados alguns elementos da *Gravissimum Educationis* que podem dialogar com os desafios educacionais atuais.

Para se alcançar esses objetivos apresentados, foi realizada uma análise qualitativa de bibliografia específica sobre o tema. Esse material coletado foi de três naturezas distintas: fontes primárias (basicamente o texto conciliar, discursos proferidos nas sessões do concílio e intervenções nas comissões), fontes secundárias (comentários de observadores conciliares) e comentários gerais sobre o concílio e a declaração *Gravissimum Educationis*. Em seguida, buscaram-se indícios dos motivos das ausências e das disputas presentes no documento a partir do resgate do processo histórico de elaboração do texto conciliar.

Do Vaticano I à Segunda Guerra Mundial: contexto de mudanças sociais, políticas e eclesiais

Os cem anos, aproximadamente, que antecedem o Concílio Vaticano II são de intensas mudanças, contradições, desafios e possibilidades que se apresentaram à sociedade, de uma maneira geral, e à igreja, em particular.⁵ Desde o Concílio “não terminado”⁶ Vaticano I (1869-1870), uma série de fatores vão impactar na vida da sociedade e da igreja: a Guerra Franco-Prussiana causará animosidades que se desdobrarão nas duas Grandes Guerras do século XX; o desenvolvimento tecnológico e da industrialização, promovidos desde a Revolução Industrial, e do capitalismo, ampliam vertiginosamente a produção e o consumo da sociedade e causam impactos na vida da sociedade e transformações significativas em toda a Europa e em diversos

⁴ Cf. Discurso do Papa João XXIII na abertura solene do Concílio. 1962. In: *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011b. p. 17; também *Humanae Salutis*. Constituição Apostólica. 1961. In: *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011a. p. 17.

⁵ SOUZA, N.; GONÇALVES, P. S. L. *Catolicismo e sociedade contemporânea*. Do Concílio Vaticano I ao contexto histórico-teológico do Concílio Vaticano II. São Paulo: Paulus, 2013.

⁶ Cf. ALBERIGO, G. O Concílio Vaticano I. In: ALBERIGO, G. (Org.). *História dos Concílios Ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 1995a. p. 385; SOUZA, N. Uma análise da sociedade no caminho do Vaticano II. *Revista de Cultura Teológica*, v. 12, n. 48, jul./set. 2004. p. 19.

países do mundo.⁷ Dá-se continuidade ao processo de “conflito com a cultura moderna e com os Estados [não encontrando] um modo de convivência com o novo tipo de sociedade e de cultura que vai se afirmando”⁸. Claramente se tem uma postura de fechamento à sociedade contemporânea, resultando na sua conseqüente condenação.

Já no século XX, as duas Grandes Guerras (a Segunda de forma especial) marcam esse período, revelando o lado obscuro que o desenvolvimento científico-tecnológico trouxe à humanidade: é certo que, já com a Primeira Guerra (1914-1918), vemos “que os principais valores da modernidade estavam em crise: a absolutização da razão, do progresso, da nação e da indústria. A total crença na razão, no progresso, no nacionalismo, no capitalismo e no socialismo fracassara”⁹; a Constituição Apostólica *Humanae Salutis*, por meio da qual o papa João XXIII convoca o Concílio, ressalta como a crise dos valores da modernidade afeta a vida da sociedade: “o próprio progresso científico, que deu ao homem a possibilidade de criar instrumentos catastróficos para a destruição, suscitou interrogações angustiosas”¹⁰; a Revolução Bolchevique e a ascensão do socialismo, desencadeando posteriormente a Guerra Fria¹¹, também promovem alterações no campo político, econômico e cultural que aceleraram as mudanças sociais e projetaram diversos desafios para a vivência da fé. A postura “agressivamente anticristã [dos soviéticos] levaram os responsáveis do catolicismo a reagir, acentuando o fechamento da Igreja em si mesma e a ‘ideologização’ da teologia”¹².

A partir de meados do século XIX vai se desenvolver, ostensivamente, uma crítica ao comunismo e ao socialismo, que chegará até os dias atuais. Dentre as críticas, pode-se citar: a primeira menção ao comunismo feita em um documento pontifício foi na encíclica *Qui pluribus*, de Pio IX¹³, além das encíclicas *Notis et Nobiscum* (08/12/1849) e *Quanta Cura*, n. 4 (08/12/1864) – todos esses textos estão sintetizados no *Syllabus*, anexo da *Quanta Cura*; Leão XIII, nas encíclicas *Quod Apostolici Muneris* (28/12/1878), *Diuturnum Illud*, n. 17 (29/06/1881), *Humanum Genus*, n. 8. 27 (20/04/1884), *Libertas Praestantissimum* (20/06/1888) e *Grave Communi Re* (18/01/1901); Pio X, na Carta Apostólica *Notre Charge Apostolique* (15/08/1910); Bento XV, na encíclica *Ad Beatissimi Apostolorum*, n. 13 (01/11/1914); Pio XI, na

⁷ Cf. SOUZA, N. Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II. In: GONÇALVES, P. S. L.; BOMBONATTO, V. I. *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 17-18.

⁸ ALBERIGO, 1995a, p. 367. Cf. também ALBERIGO, 1995a, p. 368; LENZENWEGER, J. et al. *História da Igreja Católica*. São Paulo: Loyola, 2006. p. 278.

⁹ SOUZA, 2005, p. 21.

¹⁰ JOÃO XXIII, 2011a, p. 10.

¹¹ Cf. SOUZA, 2005, p. 18.

¹² ALBERIGO, G. O Concílio Vaticano II. In: ALBERIGO, G (Org.). *História dos Concílios Ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 1995b. p. 394. Mais adiante será apresentado um elenco dos documentos que tratam especificamente do comunismo, todos com uma postura de condenação às suas ideias. Dentre os documentos, um ganha destaque e projeção, inclusive nos dias atuais: o Decreto contra o Comunismo (Cf. DENZINGER 3865), publicado pelo Tribunal do Santo Ofício em 1949.

¹³ 09/11/1846 – Cf. DENZINGER 2786.

encíclica *Quadragesimo Anno*, n. 2 (15/05/1931) e, de modo especial, na *Divinis Redemptoris* (19/03/1937), que trata especificamente do Comunismo Ateu¹⁴.

Pio XII, com algumas radiomensagens (14/09/1952) e na encíclica *Summi Pontificatus*, n. 60 (20/10/1939); João XXIII, na encíclica *Mater et Magistra*, n. 34 (15/05/1961); Paulo VI, na carta apostólica *Octogesima Adveniens*, n. 31 (14/05/1971); João Paulo II, na encíclica *Centesimus Annus*, n. 12 (01/05/1991); Bento XVI, seja enquanto era o prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé (*Libertatis Nuntius*: Instruções sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação – 06/08/1984), mas também em alguns discursos para o episcopado do Brasil (05/12/2009) e da América Latina (13/05/2007); por fim, Francisco, num discurso para os jovens na Bélgica (31/03/2014).

Tal relação de documentos pontifícios que condenam o comunismo/socialismo e o pensamento marxista são amplamente difundidos na rede, em sites alinhados a um pensamento conservador. Isso sem mencionar o chamado “Decreto contra o Comunismo”¹⁵, documento do Tribunal do Santo Ofício, publicado em 01 de julho de 1949, que proíbe o favorecimento, o apoio, a leitura de livros e textos de conteúdo “comunista” e da sua excomunhão: esse também é objeto de ampla divulgação em diversos desses sites. O conteúdo de tal documento foi confirmado por João XXIII¹⁶ em 1959. Isso também se dava no regime nazifascista, no qual “os valores cristãos e a Igreja [era] hostilizada e perseguida”¹⁷.

Além do clima de oposição aos ideais cristãos, o contexto de destruição e de conflitos decorrentes da Segunda Guerra Mundial lançam desafios: permitem questionar o papel que a vivência da fé tem na vida em sociedade, a presença de Deus e, quiçá, sua própria existência. Em visita ao campo de concentração Auschwitz-Birkenau em 28 de maio de 2006, o papa Bento XVI propõe os seguintes questionamentos perante a memória dos horrores da Segunda Guerra Mundial: “Onde estava Deus naqueles dias? Por que Ele silenciou? Como pôde tolerar este excesso de destruição, este triunfo do mal?”¹⁸. O cenário que a igreja tem diante de si apresenta “dolorosas

¹⁴ Para uma visão geral desse documento, Cf. ZAGHENI, G. *A Idade Contemporânea*: curso de história da Igreja. São Paulo: Paulus, 1999. p. 296-299.

¹⁵ Cf. DENZINGER 3865.

¹⁶ Cf. DENZINGER 3930.3939.

¹⁷ SOUZA, 2005, p. 19. Sobre a perseguição à igreja imposta pelo nazifascismo, Cf. GODMAN, P. *O Vaticano e Hitler*: a condenação secreta. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 179-198: este último capítulo da obra apresenta, de modo bastante amplo, a relação conflituosa entre Mussolini e Hitler e o Vaticano, desde o pontificado de Pio XI, do qual Pacelli (futuro Pio XII) era o secretário. Cf. também ZAGHENI, 1999, p. 270-284 (para as relações com o fascismo) e p. 287-296 (para as relações com o nazismo); LENZENWEGER et al., 2006, p. 290-293. Sobre a perseguição às igrejas cristãs empreendida pelo nazismo, a chamada “Kirchenkampf”, Cf. CONWAY, J. S. *Nazi persecution of the churches (1933-45)*. EEUU: Lightning Source, 1997.

¹⁸ BENTO XVI. *Discurso do Santo Padre durante a visita ao campo de concentração de Auschwitz-Birkenau*. 2006.

constatações”¹⁹: “guerras sangrentas que se sucederam em nossos tempos”²⁰, a “aspe-
reza nas relações humanas, e perigos contínuos de guerras fratricidas”²¹.

A igreja, na tentativa de lançar luzes sobre essa realidade, buscará “ler os sinais dos tempos” (Mt 16.3) e se abrirá ao diálogo com a sociedade contemporânea a partir de um processo de renovação interna. De certo, já havia um movimento de renovação no interior da igreja, seja dos movimentos laicos da Ação Católica²², seja por grupos “pró-renovação” no âmbito pastoral, espiritual e eclesial.²³

Reconhecimento da crise: do anátema ao diálogo²⁴

As bases do diálogo com a modernidade são colocadas no pontificado de Pio XII, que desemboca no Concílio Vaticano II, “Concílio da Modernidade, o qual teve a arte de reconciliar a Igreja católica com o mundo moderno”²⁵. Para levar a cabo tal arte, primeiramente é preciso reconhecer que a igreja esteve “ausente e afastada da civilização profana”²⁶, em seguida, aproximando-se dela, buscar reconhecer “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje”²⁷.

Para reconhecer essas alegrias e esperanças é necessário superar uma visão de oposição entre igreja e sociedade, tão presente no contexto pós-Segunda Guerra. Não contribui mais a postura dos “profetas da desventura”, para quem, segundo João XXIII, “nos tempos atuais [...] não veem senão prevaricações e ruínas; vão repetindo que a nossa época, em comparação com as passadas, foi piorando; e portam-se como quem nada aprendeu da história [...] [como se] tudo fosse triunfo completo da ideia e da vida cristã, e da justa liberdade religiosa”²⁸.

Rompendo com essa perspectiva, a igreja busca reconhecer os avanços tecnológicos e científicos, sociais e econômicos com o advento da modernidade. No entanto, não ignora a crise na qual ela está inserida, pois, para se organizar, prescindiu de Deus e dos valores evangélicos:

a Igreja assiste, hoje, a uma crise que aflige gravemente a sociedade humana. Enquanto a humanidade está para entrar num tempo novo, obrigações de gravidade e amplitude imensas pesam sobre a Igreja, como nas épocas mais trágicas da sua história. Trata-se, na verdade, de pôr em contato o mundo moderno com as energias vivificadoras e pere-

¹⁹ JOÃO XXIII, 2011a, p. 10.

²⁰ JOÃO XXIII, 2011a, p. 10.

²¹ JOÃO XXIII, 2011a, p. 10; João XXIII, 2011b, p. 22.

²² Cf. SOUZA, 2005, p. 20

²³ Cf. ALBERIGO, 1995b, p. 394.

²⁴ STEIN, G. B. *A educação nos documentos da Igreja Católica Apostólica Romana*. Brasília: Universa, 2001. p. 67.

²⁵ SOUZA, 2005, p. 23.

²⁶ PAULO VI. Discurso do Papa Paulo VI na última sessão do Concílio Vaticano II. 1965. In: *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011. p. 667.

²⁷ GAUDIUM ET SPES. Constituição Pastoral. 1965. In: *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011. n. 1.

²⁸ JOÃO XXIII, 2011b, p. 24.

nes do Evangelho: mundo que se exalta em suas conquistas no campo da técnica e da ciência, mas que carrega também as consequências de uma ordem temporal que alguns quiseram reorganizar prescindindo de Deus. Por isso, a sociedade moderna caracteriza-se por um grande progresso no campo material ao qual não corresponde igual progresso no campo moral. Daí, o anseio enfraquecido pelos valores do espírito. Daí o impulso para a procura quase exclusiva dos gozos terrenos, que o avanço da técnica põe, com tanta facilidade, ao alcance de todos²⁹.

A postura da igreja perante a crise não será mais de fechamento e condenação, como outrora ocorrera³⁰, mas será de abertura, contato e diálogo com a realidade e com os desafios que ela apresenta: “embora não tenha finalidade diretamente terrestre, ela não pode desinteressar-se, no seu caminho, dos problemas e inquietações gerados por eles”³¹. A ideia que permeará o Concílio é de que a igreja “deve também olhar para o presente, para as novas condições e formas de vida introduzidas no mundo hodierno, que abriram novos caminhos ao apostolado católico. Por esta razão, a Igreja não assistiu indiferente ao admirável progresso das descobertas do gênero humano”³². O movimento realizado pela igreja a partir do Concílio Vaticano II era o de perscrutar e compreender o mundo contemporâneo. Segundo Paulo VI, o Concílio “interessou-se vivamente em perscrutar o mundo deste nosso tempo”³³.

Reconhecendo que Jesus Cristo “não se afastou do mundo”³⁴, a igreja vai procurar abrir-se ao mundo contemporâneo e ler os sinais dos tempos, como que num “novo Pentecostes”. O termo *aggiornamento*, usado por João XXIII e amplamente aplicado para caracterizar o espírito do Concílio Vaticano II (e que será tratado mais adiante), contempla esta ideia de “novo Pentecostes”: sem essa visão dinâmica da igreja, que espera sempre um novo Pentecostes, “é impossível compreender o significado do *aggiornamento* [...]”³⁵, com a finalidade de fazer com “que o depósito sagrado da doutrina cristã seja guardado e ensinado de forma mais eficaz”³⁶; segundo Gonçalves, o Concílio tinha como “grande objetivo [...] a evangelização do mundo atual [...] aplicar essa doutrina à vida real das pessoas”³⁷. Esse mover do Espírito impulsiona a

²⁹ JOÃO XXIII, 2011a, p. 9-10.

³⁰ Dois documentos do Magistério expressam esse fechamento e condenação da Modernidade: *Mirari vos*, de Gregório XVI, e *Quanta Cura*, de Pio XI. Ambos os textos apresentam uma visão negativa da Modernidade: elaborado num contexto de cristandade medieval e de impossibilidade de diálogo com a Modernidade, a primeira encíclica critica as liberdades (religiosa, de consciência, de imprensa e de expressão) e o indiferentismo religioso, reafirmando a autoridade do papa sobre a igreja e a sociedade; a segunda encíclica, com seu anexo (o *Syllabus*), escrita na mesma mentalidade da anterior, amplia a crítica e aponta para os grandes erros da Modernidade (naturalismo, socialismo, panteísmo, racionalismo, liberalismo).

³¹ JOÃO XXIII, 2011a, p. 14.

³² JOÃO XXIII, 2011b, p. 26-27.

³³ PAULO VI, 2011, p. 667.

³⁴ JOÃO XXIII, 2011b, p. 10.

³⁵ Cf. JOÃO XXIII, 2011b, p. 17; JOÃO XXIII, 2011a, p. 17; ALMEIDA, A. J. *Aggiornamento*. In: *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2015. p. 8.

³⁶ JOÃO XXIII, 2011b, p. 26.

³⁷ GONÇALVES, Paulo S. L.; BOMBONATTO, Vera I. (Orgs.). *Concílio Vaticano II: análise e prospectivas*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 5.

igreja, diante do cenário de mudanças e crise na qual ela está inserida, a ir ao encontro “das alegrias e esperanças” do mundo contemporâneo.

Esse ir ao encontro das realidades que afetam as realidades humanas está de acordo com o anseio do Concílio Vaticano II, que, se pudesse ser sintetizado, seria feito por meio das expressões *aggiornamento* e *diálogo*³⁸. O primeiro consiste num “escutar, um ir ao encontro, um abrir-se às justas exigências do mundo de hoje, em suas profundas mudanças de estruturas, de modos de ser (culturas), inserindo-se no mundo para ajudá-lo [...] Trata-se de uma abertura crítica ao mundo de hoje, fundamentada no Evangelho”³⁹:

Aggiornamento significa, em italiano, atualização. Tem três sentidos básicos: pôr em dia ou manter em dia; modernização, adequação a exigências ou critérios novos; adiamento. Usado por João XXIII para indicar o escopo do Vaticano II, o termo *aggiornamento* passou a ser usado, em âmbito eclesial, sem tradução. Não aparece como tal nos textos do Vaticano II senão sob expressões latinas equivalentes como “*accommodatio*”, “*renovatio*”, “*adaptatio*”, “*instauratio*” e análogas. João XXIII teria usado, pela primeira vez, o termo *aggiornamento* em relação ao Concílio numa ocasião em que, voltando, de carro, de Castalgandolfo para Roma, em novembro de 1958, conversava com Mons. Loris F. Capovilla, seu secretário particular: “Também para a Igreja seria necessário um *aggiornamento*. Seria necessário um Concílio!”⁴⁰.

Como afirma Alberigo⁴¹, o *aggiornamento* é um “empenho global de busca de uma renovada enculturação da revelação nas novas culturas [...], disponibilidade e disposição à busca voltada para o futuro”. O segundo é a abertura ao outro, o sentar-se juntos para ouvir-se mutuamente; é o estabelecimento de “um diálogo animado por um amor fervoroso e sincero, sem colocar limites ou fazer cálculos, perseverante, claro, confiante, manso, psicologicamente prudente”⁴²: trata-se não apenas de

uma estratégia pastoral da Igreja com a finalidade de reconciliar-se com o homem moderno ou mesmo os demais cristãos e crentes [...], [mas] antes de tudo trata-se de uma postura de fé que posiciona a Igreja em relação a si mesma e aos outros dentro de uma moldura mais abrangente, o plano salvífico de Deus que chama todos os seres humanos para a comunhão consigo e do qual a Igreja quer ser sinal vivo e servidora fiel⁴³.

A partir desses dois princípios, segundo Paulo VI, “o magistério, por assim dizer, desceu para dialogar com o homem [...]. Falou aos homens de hoje, tais quais são”⁴⁴.

O programa que fora estabelecido por João XXIII, sintetizado por aqueles dois conceitos, era o de “uma atualização da Igreja, uma inserção no mundo moderno,

³⁸ Cf. GONÇALVES; BOMBONATTO (Orgs.), 2005, p. 6-7.

³⁹ GONÇALVES; BOMBONATTO (Orgs.), 2005, p. 6.

⁴⁰ ALMEIDA, 2015, p. 9.

⁴¹ Apud ALMEIDA, 2015, p. 9.

⁴² GONÇALVES; BOMBONATTO (Orgs.), 2005, p. 6.

⁴³ PASSOS, J. D. Diálogo. In: *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2015. p. 272.

⁴⁴ PAULO VI, 2011, p. 670.

onde o cristianismo deveria se fazer presente e atuante⁴⁵. Não era apenas um movimento de renovação interna, mas também externo, em direção às realidades e problemas humanos, sobretudo quanto às posições tomadas perante os desafios apresentados pelo mundo contemporâneo.⁴⁶ Em suma, esse desejo de “aggiornamento e diálogo contagiou todos os quatro períodos do Concílio”⁴⁷ e deu o tom da aplicação dele nas mais diversas realidades nas quais a igreja estava inserida.

O Concílio, nesse processo de abertura e diálogo com o mundo moderno, vai se colocar o “urgente dever de convocar os nossos filhos para dar à Igreja a possibilidade de colaborar mais eficazmente na solução dos problemas dos nossos tempos”⁴⁸. Essa colaboração se dará em diversos âmbitos: no que diz respeito ao *ad intra* da igreja, temos os documentos sobre a liturgia, sobre a igreja e sua natureza, a revelação divina, sobre o múnus episcopal e presbiteral, a vida religiosa e a formação do clero; nos aspectos *ad extra*, temos uma gama bastante grande de documentos, que tratam da comunicação social, das relações com as igrejas cristãs orientais e reformadas, do diálogo inter-religioso e da liberdade religiosa, da missão da igreja e dos leigos, da igreja no mundo e da educação, tema que será abordado mais adiante. Vemos, a partir disso, que as oportunidades surgidas “foram agarradas e transformadas num grande diálogo com a modernidade”⁴⁹.

Partindo das contribuições dadas pelo Concílio Vaticano II, sobretudo no que diz respeito ao diálogo com o mundo moderno, como a teologia pode contribuir para uma reflexão sobre a educação? Na perspectiva conciliar, o que se entende e o que se pretende com a educação? O que os padres conciliares quiseram tratar na declaração sobre a educação?

***Gravissimum Educationis* no diálogo com a sociedade contemporânea**

Foi constatado anteriormente que o Concílio Vaticano II teve como pano de fundo as ideias de *aggiornamento* e diálogo, abrindo-se aos desafios apresentados pela sociedade e assumindo uma postura de interação, e não de afastamento, com a Modernidade. Essa posição impeliu a igreja para o centro do debate com o mundo moderno, deixando-se interpelar por ele e pelas realidades que ele apresenta para a comunidade cristã.

No diálogo com o mundo e suas realidades, o Concílio Vaticano II não se furtou de tentar estabelecer um diálogo com a educação. Aquela que outrora possibilitou a fundação de universidades e as escolas catedralícias, que dera condições para o desenvolvimento de métodos de ensino e de administração escolar, como a *Ratio Studiorum*.

⁴⁵ SOUZA, 2005, p. 24.

⁴⁶ Cf. GONÇALVES; BOMBONATTO (Orgs.), 2005, p. 10.

⁴⁷ GONÇALVES; BOMBONATTO (Orgs.), 2005, p. 9.

⁴⁸ JOÃO XXIII, 2011a, p. 11.

⁴⁹ SOUZA, 2005, p. 25.

rum⁵⁰ jesuítica, mas que, ao menos desde o século XIX, não detém mais o monopólio do ensino, que passa a ser laico e mantido pelo Estado⁵¹, agora vem a público com “uma palavra a dizer” sobre a educação, e de modo especial sobre a educação cristã.

De certo, não foi no Concílio Vaticano II que a igreja se pronunciou pela primeira vez sobre a questão da educação. Para se restringir aos textos do Magistério do período contemporâneo, temos desde Pio IX (1846-1878) diversos pronunciamentos, alocações, cartas, encíclicas que tratam da temática direta ou indiretamente.⁵² Dentre essa ampla gama de diversidade, é possível ressaltar: a alocação *In consistoriali* de Pio IX, contra a laicização do ensino promovida pelo rei Vitorio Emanuel II da Itália; a encíclica *Nobilíssima Gallorum Gens* de Leão XIII, que condena a laicização promovida por Jules Ferry na França; a carta *Communes litteras* de Bento XV, destinada aos bispos dos Estados Unidos, fala da importância da educação das novas gerações e do direito/dever que a igreja tem nesse processo; de modo especial, a encíclica *Divini Illius Magistri* de Pio XI que trata da educação da juventude; a encíclica *Evangelii Praecones* de Pio XII, também sobre a educação da juventude, “além de 69 alocações e rádio mensagens, total ou parcialmente consagradas ao tema Educação”⁵³.

O próprio João XXIII também tratou da educação em seus escritos anteriores ao Vaticano II, como na *Mater et Magistra* e na *Pacem in Terris*, que apesar de não tratarem especificamente da educação, “a não ser de modo geral, em alguns artigos. Entretanto, os problemas abordados por ambas, envolvem e requerem, urgentemente, a educação do homem num sentido total e integral, a fim de superar os egoísmos e divisões entre os homens e entre as nações”⁵⁴. Boa parte desses documentos do Magistério precedente citados acima, inclusive as diversas alocações e mensagens, assim como documentos conciliares mencionados adiante, estão citados nas notas de rodapé da declaração conciliar.⁵⁵

⁵⁰ *A Ratio Studiorum*, cujo o nome completo *Ratio atque institutio studiorum Societatis Jesu*, “significa ‘Organização e plano de estudos’, publicado em 1599 pelo padre Aquaviva. Obra cuidadosa, com regras práticas sobre a ação pedagógica, a organização administrativa e outros assuntos, destinava-se a toda hierarquia [da Companhia de Jesus]” (ARANHA, M. L. A. *História da educação e da pedagogia*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006. p. 128). Essa obra “previa os processos de ensino e aprendizagem e também a organização dos estudos segundo a Companhia de Jesus” (VEIGA, C. G. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 2007. p. 62-63. Cf. também CAMBI, F. *História da Pedagogia*. São Paulo: UNESP, 1999. p. 261-263). Para um estudo aprofundado da *Ratio Studiorum*, cf. FRANCA, L. *O Método Pedagógico dos Jesuítas*. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

⁵¹ Para um panorama geral sobre a laicização do ensino, cf. DOMINGOS, M. F. N. *Ensino Religioso e Estado Laico: uma lição de tolerância*. *Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, p. 45-70, set. 2009.

⁵² Cf. STEIN, 2001, p. 27-50. Essa obra traz um significativo panorama histórico do tema educação, que vai desde os primórdios da igreja até os textos do pontificado de São João Paulo II, passando pelos textos do CELAM e da CNBB. No trecho citado acima, a partir do qual foi apresentada essa seleção de textos, a autora elabora uma síntese dos textos do Magistério da Igreja que tratam da questão desde o início do século XIX até o período que antecede o Concílio Vaticano II.

⁵³ STEIN, 2001, p. 47.

⁵⁴ STEIN, 2001, p. 59. Cf. GRAVISSIMUM EDUCATIONIS. Declaração. 1965. In: *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011. p. 321-338.

⁵⁵ Cf. GRAVISSIMUM EDUCATIONIS. Declaração. 1965. In: *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011. p. 321-338.

A preocupação com a questão da educação será expressa não apenas na declaração *Gravissimum Educationis*, mas estará presente em diversos textos do Concílio Vaticano II. Num balanço geral, é possível perceber que essa temática foi recorrente durante o Concílio, relacionada a diversos assuntos⁵⁶:

<i>Tipo de referência</i>	<i>Quant. de referências</i>
<i>Pastoral</i>	198
<i>Formação de sacerdotes</i>	87
<i>Formação dos leigos</i>	6
<i>Questão cívica e política</i>	16
<i>Dignidade humana</i>	9
<i>Educação dos jovens</i>	2
<i>Academia</i>	101
<i>Familiar</i>	27
<i>Acesso à cultura</i>	38
<i>Profissional</i>	27
<i>Promoção da paz</i>	12

Dentre os textos conciliares que fazem referência à questão da educação estão: *Apostolicam Actuositatem*, *Ad Gentes*, *Christus Dominus*, *Dignitatis Humanae*, *Gaudium et Spes*, *Inter Mirifica*, *Lumen Gentium*, *Optatam Totius*, *Perfectae Caritatis*, *Presbyterorum Ordinis*, *Sacrosanctum Concilium* e *Unitatis Redintegratio*⁵⁷, além da *Gravissimum Educationis*, dedicada exclusivamente à educação. De modo geral, tais referências apresentam a educação como promotora do desenvolvimento integral do ser humano, da formação das novas gerações e da educação continuada dos adultos e como ela influencia no desenvolvimento social dos povos. A educação deve auxiliar o indivíduo a tomar parte na vida social (política e econômica), no progresso técnico e na investigação científica, nos meios de comunicação social e na aquisição da cultura intelectual e moral.⁵⁸

Dentre essas múltiplas referências, destacam-se a *Lumen Gentium* (LG) e a *Gaudium et Spes* (GS). Na primeira, ao tratar sobre o sacramento do matrimônio, faz-se referência ao dever dos pais para com a educação dos filhos:

Finalmente os esposos cristãos, pela virtude do sacramento do matrimônio, que faz com eles sejam símbolos do mistério de unidade e de amor fecundo entre Cristo e a Igreja, e que do mesmo mistério participam, ajudam-se mutuamente a conseguir a santidade a vida conjugal e na aceitação e educação dos filhos⁵⁹.

⁵⁶ JUNQUEIRA, S. R. A. Educação. In: *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2015a. p. 336.

⁵⁷ Cf. JUNQUEIRA, 2015a, p. 336-337.

⁵⁸ JUNQUEIRA, 2015a, p. 335.

⁵⁹ LUMEN GENTIUM. Constituição Dogmática. 1964. In: *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011. n. 11.

Já o segundo documento, que faz uma abordagem maior e mais ampla da questão, além de tratar da educação na fé⁶⁰, a GS entende o processo educacional “como espaço para a formação da dignidade humana que passa pela educação como direito inviolável, com a colaboração das famílias que assumem o dever da educação, sobretudo religiosa”⁶¹:

É necessário, portanto, tornar acessíveis ao homem todas as coisas de que necessita para levar uma vida verdadeiramente humana: alimentos, vestuário, casa, direito de escolher livremente o estado de vida e de constituir família, direito à educação, ao trabalho, à boa fama, ao respeito, à conveniente informação, direito de agir segundo as normas da própria consciência, direito à proteção da sua vida e à justa liberdade mesmo em matéria religiosa⁶².

Além de entender a educação como um direito inalienável, a GS afirma que ela deve promover a formação cívica e política do cidadão, de modo especial da juventude⁶³: “Deve atender-se cuidadosamente à educação cívica e política, hoje tão necessária à população e sobretudo aos jovens, para que todos os cidadãos possam participar na vida da comunidade política”⁶⁴.

Não obstante essas menções à importância da educação nos diversos documentos do Concílio Vaticano II, os padres conciliares optaram por apresentar um documento sobre a educação. Inicialmente o foco era apenas a educação católica, mas com o desenrolar dos trabalhos conciliares e os intensos debates sobre a questão, optou-se por apresentar um documento geral:

A *Gravissimum Educationis*, “Declaração sobre a educação cristã”, foi o resultado de sete reformulações do texto original preparado pela comissão presidida pelo cardeal Pizzardo. Inicialmente dirigido às escolas católicas, englobou também as universidades e teve um caráter muito mais aberto⁶⁵.

Inicialmente, nove comissões foram anunciadas, que se responsabilizariam por analisar as propostas feitas pelo “Episcopado, a Cúria Romana, as Ordens Religiosas e as Universidades Católicas”⁶⁶, coordenadas por uma comissão central, presidida pelo próprio papa⁶⁷, à qual seriam apresentados os esquemas preparatórios. Tais comissões foram anunciadas em 30/05/1960 para os cardeais presentes em Roma⁶⁸ e depois oficializadas por meio do motu próprio *Superno Dei Nutu*, de João XXIII, que esta-

⁶⁰ Cf. GS 19-20.

⁶¹ JUNQUEIRA, 2015a, p. 336.

⁶² GS 26. Cf. também 48.

⁶³ Cf. JUNQUEIRA, 2015a, p. 336.

⁶⁴ GS 75. Cf. também 69, 71 e 82.

⁶⁵ ZANON, D. *Para ler o Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2012. p. 52.

⁶⁶ KLOPPENBURG, B. *Concílio Vaticano II*. Documentário Preconciliar. Petrópolis: Vozes, [s.d.]. v. 1, p. 54.

⁶⁷ Cf. KLOPPENBURG, [s.d.], v. 1, p. 52. Cf. também p. 109-111.

⁶⁸ Cf. KLOPPENBURG, [s.d.], v. 1, p. 49-53.

belece as seguintes comissões pré-conciliares⁶⁹: teológica, dos bispos e do governo das dioceses, para a disciplina do clero e do povo cristão, para a disciplina dos sacramentos, da sagrada liturgia, dos estudos e dos seminários, para as igrejas orientais, para as missões, do apostolado dos leigos. Apesar dessas comissões serem instituídas, reconhece-se a possibilidade de “instituir outras [como de fato foi feito], à medida que o desenvolvimento dos trabalhos Nos parece requerê-lo”⁷⁰.

Além dessas dez comissões, tem a Comissão Central, responsável por

seguir e coordenar, se necessário fôr, os trabalhos de cada Comissão, cujas conclusões Nos referirá, para Nos ser possível determinar os assuntos que se hão de tratar no Concílio Ecumênico. À Comissão Central pertence também propor as normas respeitantes à realização do futuro Concílio⁷¹.

Dentre as comissões instituídas, a Comissão dos Estudos e dos Seminários está composta da seguinte maneira⁷²:

	<i>Quant.</i>	<i>Composição</i>
<i>Presidente</i>	Card. Giuseppe Pizzardo	-
<i>Membros</i>	36	6 arcebispos, 10 bispos, 12 presbíteros diocesanos, 8 religiosos.
<i>Consultores</i>	32	7 arcebispos, 1 bispo, 14 presbíteros diocesanos, 9 religiosos e 1 leigo.
<i>Secretário</i>	Pe. Agostinho Mayer	-
<i>Amanuense</i> ⁷³	1	-
<i>Escriturário</i>	1	-

Todos os membros têm experiência e qualificações, sejam elas intelectuais ou pastorais, para tratar das questões relativas à educação, implicando também a formação dos sacerdotes.

Nos trabalhos iniciados pelas Comissões Preparatórias, são discutidos alguns temas importantes para a teologia, e, dentre eles, aparece a questão da escola católica.⁷⁴ Na Comissão dos Estudos e Seminários, o fluxo de trabalho se deu da seguinte maneira: a Comissão Central elaborou uma proposta inicial, que era analisada pelos membros da Comissão dos Estudos e Seminários, considerando as contribuições dadas durante o período ante preparatório. Em seguida, o material era apresentado em

⁶⁹ Cf. KLOPPENBURG, [s.d.], v. 1, p. 49-57. Cf. também p. 117. A décima comissão, do Apostolado dos leigos, não foi anunciada no discurso aos cardeais de 30/05/1960, mas foi instituída apenas pelo motu próprio *Superno Dei Nutu*.

⁷⁰ KLOPPENBURG, [s.d.], v. 1, p. 52.

⁷¹ KLOPPENBURG, [s.d.], v. 1, p. 57.

⁷² Cf. KLOPPENBURG, [s.d.], v. 1, p. 126-127.

⁷³ Aquele que escreve textos a mão.

⁷⁴ Cf. KLOPPENBURG, [s.d.], v. 1, p. 104.

assembleia e discutido por toda a comissão, que recebia novamente as ponderações e intervenções dos membros e consultores.⁷⁵ O produto desse trabalho obteve consenso na Comissão, que além de se dedicar amplamente às questões ligadas à formação do clero, também se preocupou em “favorecer um sempre maior desenvolvimento da escola católica, desde os seus mais modestos inícios até aos sumos graus da cultura”⁷⁶.

Nas sessões de 24 de fevereiro de 1962, o cardeal Pizzardo faz a exposição dos esquemas elaborados pela comissão; nos dias 26 e 27 do mesmo mês, há discussões sobre algumas questões apresentadas, todas elas muito mais voltadas à formação sacerdotal, exceção feita à menção referente às universidades católicas.⁷⁷ Algumas temáticas relativas à educação cristã aparecerão também na Comissão para a Disciplina do Clero e do Povo Cristão, tais como ensino religioso, organização didática e métodos para o ensino da doutrina (catequese).⁷⁸

Ao final da apresentação dos primeiros esquemas a serem trabalhados durante o concílio, a Comissão dos Estudos e dos Seminários apresenta cinco esquemas para serem trabalhados. Desses, um sobre as universidades católicas e o outro sobre as escolas católicas. Os debates em torno desta última levaram a comissão a reconhecer que

era impossível reduzir o assunto a um simples esquema de proposições, dada a amplitude da matéria e a variedade das condições. O assunto considerado em si mesmo exigia ser estudado juntamente com o tema mais geral da educação cristã. De fato a escola católica não é o único meio de educação cristã. Chegou-se então à conclusão de confiar este assunto à competência de uma Comissão pós-conciliar, com a qual colaborassem especialistas em problemas de educação. Contudo, dada a importância do tema, pareceu-lhe conveniente propor ao Concílio a aprovação de uma *Declaração sobre a Educação Cristã*⁷⁹.

As discussões sobre um texto que falasse da educação ocorreram nas 124^a, 125^a e 126^a Congregações Gerais, realizadas entre os dias 17 e 19 de novembro de 1964, contando com a intervenção de 21 prelados.

Ao se propor em falar sobre a educação e apresentar uma declaração, a igreja tem consciência da necessidade da educação⁸⁰, por isso se pronunciará sobre a questão da educação, de modo especial sobre a educação cristã através da *Gravissimum Educationis*: “o Concílio Vaticano II declarou, em 1965, que o apostolado educacional junto à juventude, por meio de escolas confessionais, permanece sendo de *gravíssima importância* e uma forma eficaz e atual de evangelizar”⁸¹. A “declaração” consiste

⁷⁵ Cf. KLOPPENBURG, [s.d.], v. 1, p. 128.

⁷⁶ KLOPPENBURG, [s.d.], v. 1, p. 128.

⁷⁷ KLOPPENBURG, [s.d.], v. 1, p. 190-191.

⁷⁸ Cf. KLOPPENBURG, [s.d.], v. 1, p. 203-204.

⁷⁹ KLOPPENBURG, B. *Concílio Vaticano II: Terceira Sessão*. Petrópolis: Vozes, [s.d.], v. 4, p. 370.

⁸⁰ KLOPPENBURG, [s.d.], v. 4, p. 370.

⁸¹ ALMEIDA, J. C. A educação cristã: valores, sujeitos e caminhos – *Gravissimum Educationis*. In: ALMEIDA, J. C.; MAÇANEIRO, M. (Orgs.). *As janelas do Vaticano II: A Igreja em diálogo com o mundo*. Aparecida: Santuário, 2013. p. 481-482.

num texto que não tem cunho dogmático, mas que apresenta a posição da igreja, emitindo um juízo sobre um determinado assunto ou problema que afeta a sociedade como um todo; “declara” qual sua posição e sua visão não apenas internamente, mas para interlocutores externos.

Ao final desse processo, o esquema do documento foi submetido à votação, no todo e, posteriormente, em suas partes, obtendo a seguinte votação⁸²:

<i>Documento</i>	<i>Votantes</i>	<i>Placet</i>	<i>Iuxta modum</i>	<i>Non placet</i>	<i>Nulos</i>
<i>Inteiro</i>	1879	1457	-	419	3
<i>nn. 1-3</i>	1891	1592	140	157	2
<i>nn. 4-6</i>	1906	1465	280	159	2
<i>nn. 7-8</i>	1891	1592	141	155	3
<i>nn. 9-11</i>	1873	1588	110	173	2

No ano seguinte, 1965, ano de finalização dos trabalhos, aprovação dos últimos documentos e encerramento do Concílio, o texto foi submetido à votação final, ainda não isento de embates e oposições⁸³:

<i>Datas da votação</i>	<i>Votantes</i>	<i>Placet</i>	<i>Iuxta modum</i>	<i>Non placet</i>	<i>Nulos</i>
<i>13-14 de outubro</i>	2096	1912	-	183	1
<i>28 de outubro</i>	2325	2290	-	35	-

Mesmo não isenta de oposições e embates, a *Gravissimum Educationis* contribuiu a seu modo com a superação da posição de afastamento do mundo contemporâneo, dinamizando a inspiração conciliar de dialogar com as “civilizações profanas”⁸⁴. Percorrer o processo de elaboração dessa declaração ajuda a perceber que esse diálogo, além de difícil, se fez muitas vezes de forma tensa, onde se conflitavam visões distintas sobre o tema da educação.⁸⁵ Desse processo resultou um documento truncado, genérico, que mais se assemelha a uma “colcha de retalhos”⁸⁶ que tenta conciliar esses

⁸² KLOPPENBURG, B. 1964. A III Sessão do Vaticano II. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 24, fasc. 4, p. 916-918, dez. 1964. Cf. também KLOPPENBURG, [s.d.], v. 4, p. 382-383. Numa nota introdutória ao texto da GE, presente na obra *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011, p. 321, faz menção apenas a quatro votações antes das votações para o documento final: provavelmente das votações para as partes dos documentos.

⁸³ *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011. p. 321. (Nota introdutória). Este mesmo número é apresentado por Zanon em sua análise do documento. (Cf. ZANON, 2012, p. 52.)

⁸⁴ Cf. nota 23: expressão utilizada por Paulo VI na abertura da última sessão conciliar.

⁸⁵ Aquilo que Libanio falou para a eclesiologia conciliar pode ser aplicado, guardada as devidas proporções, ao contexto da *Gravissimum Educationis*: havia uma disputa entre duas visões distintas sobre a educação, sendo uma mais ampla, aberta e que dialogava com o mundo contemporâneo (hegemônica, segundo termo utilizado por Libanio) e outra conservadora, fechada ao diálogo e que procurava reafirmar posições defendidas anteriormente (residual). Cf. LIBANIO, J. B. *Concílio Vaticano II: em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Loyola, 2005. p. 101-105.

⁸⁶ Cf. STEIN, 2001, p. 64.

posicionamentos diversos existentes tanto na comissão preparatória, quanto entre os padres conciliares. Em contrapartida, esse mesmo processo e a opção por promulgar uma declaração específica sobre esse tema indicam o processo de abertura ao diálogo realizando pelo Concílio com o mundo da educação.

Alguns elementos expressam essa abertura ao diálogo promovida pela *Gravissimum Educationis*, além de revelar o alcance que ele pode ter. Dentre eles, dois estão ligados diretamente ao processo de elaboração da declaração, apresentado acima: o caráter genérico do texto, não definindo uma concepção de educação, de educação cristã ou de escola católica; e a decisão de se estabelecer uma comissão pós-conciliar para dar continuidade dos trabalhos.

A maturação da *Gravissimum Educationis* foi um conturbado que se arrastou durante todo o concílio, e um dos motivos era a concepção de educação que sustentava o documento. Isso impactou na redação final do texto, que teve um caráter mais genérico, não fazendo uma definição precisa do que se entendia por educação, por educação cristã e por escola, além de serem abordados apenas numa perspectiva ocidental-europeia, ignorando as complexas teorias em outros cantos do globo. A declaração sobre a educação cristã, além de não apresentar uma definição sobre o conceito de educação, “não pretendia ser a última palavra no assunto; na verdade oferecia uma direção às conferências episcopais e a outros organismos na medida em que eles procurassem adaptá-lo a suas circunstâncias”⁸⁷. Isso remete para o segundo elemento, que é o reconhecimento da necessidade de se continuar o trabalho sobre a questão da educação numa comissão pós-conciliar, como se viu acima⁸⁸: a complexidade do assunto, que tantos embates promoveu durante o concílio, era tão grande, que deveria ser dada continuidade à tarefa de refletir sobre a relação igreja e educação.

Outros quatro aspectos que apontam para a abertura ao diálogo aparecem no documento final, e dizem respeito à concepção de educação que perpassará a *Gravissimum Educationis*: o direito universal à educação, a defesa da escola católica frente ao monopólio do Estado, o papel de cooperação da igreja com a educação e o conceito de educação integral, sendo esse último a grande guinada no documento e, provavelmente, sua principal contribuição.

O Concílio Vaticano II vai corroborar a ideia de universalidade da educação, reconhecendo-a direito inalienável de toda pessoa humana, independente de idade, raça ou condição social.⁸⁹ Esse direito garante o acesso ao patrimônio cultural e social da humanidade e a igreja, através de suas escolas, também devem promovê-lo.⁹⁰ Por isso também a defesa da escola católica, que em muitos lugares se constituíam a única forma de se garantir essa universalização da educação e o acesso a esse direito: havia o temor de que o Estado impedisse a igreja de atuar no campo educacional, cerceando-lhe um importante espaço de contato e diálogo com o mundo contemporâ-

⁸⁷ O'MALLEY, J. *O que aconteceu no Vaticano II*. São Paulo: Loyola, 2014. p. 283.

⁸⁸ Kloppenburg faz menção a essa questão, referida neste trabalho na nota 76.

⁸⁹ Cf. GE I.

⁹⁰ Cf. JUNQUEIRA, 2015a, p. 415.

neo.⁹¹ Ao mesmo tempo que havia essa postura quase apologética da escola católica, que ficou marcada no documento⁹², havia também um movimento de ressaltar o papel de cooperação da igreja com a educação⁹³, que, por meio de suas várias instituições de ensino nos mais diversos graus, coopera para o fomento e o crescimento da educação.

Mas a grande guinada do documento foi deixar-se permear pela ideia de educação integral, que, apesar de não aparecer explicitamente na redação final, teve uma forte influência nele⁹⁴, tornando-se como seu eixo central. Pode-se afirmar que essa foi a grande guinada antropológica da declaração sobre a educação cristã: além de possibilitar uma redação menos apologética ao texto final, trouxe para o texto magisterial a preocupação com o indivíduo em sua totalidade, abarcando não apenas a dimensão intelectual, mas também as dimensões moral, física e espiritual do indivíduo, formando-o para a vida.⁹⁵

Tais elementos, que se tornam mais evidentes à medida que vai se aprofundando na análise do conflituoso processo de elaboração da *Gravissimum Educationis*, evidenciam como a igreja, a partir do Concílio Vaticano II, vai se colocando no diálogo com a sociedade sobre os desafios da educação contemporânea.

Considerações finais

Como resultado desta pesquisa foi possível perceber que a redação da declaração *Gravissimum Educationis* foi permeada por disputas⁹⁶ que impactaram no texto final, fazendo dele uma “colcha de retalhos”, tal como nos demais textos conciliares. Para minimizar as divergências existentes, optou-se por um texto mais generalista, capaz de se adequar às diversas realidades, tornando-se uma diretriz para trabalhos futuros, previstos na própria comissão de elaboração do texto.

Dentre os princípios gerais identificados na *Gravissimum Educationis*, evidenciou-se a formação integral e a cooperação da igreja com a educação da sociedade, constituindo-se como pontos a serem refletidos pela teologia em diálogo com a contemporaneidade, envolvendo os mais diversos agentes que se ocupam da educação. A declaração apresentou um objetivo geral que foi apontar possibilidades para uma educação integral, que leve em consideração todos os aspectos do ser humano e favoreça um crescimento saudável e pleno da criança e da juventude. A instituição religiosa tem um papel importante na educação, assim a catequese e as escolas católicas devem

⁹¹ Cf. ALMEIDA, 2013, p. 481-484.

⁹² Assim declara a *Gravissimum Educationis* em seu número 8: “Por tal motivo, o sagrado Concílio proclama mais uma vez que a Igreja tem o direito, já declarado em muitíssimos documentos do Magistério, de livremente fundar e dirigir escolas de qualquer espécie e grau, recordando que o exercício de tal direito muito pode concorrer para a liberdade de consciência e defesa dos direitos dos pais, bem como para o progresso da própria cultura”.

⁹³ Cf. JUNQUEIRA, 2015a, p. 416.

⁹⁴ Cf. ZANON, 2012, p. 50; ALMEIDA, 2013, p. 483.

⁹⁵ Cf. JUNQUEIRA, 2015a, p. 416.

⁹⁶ O’MALLEY, 2014, p. 283.

apresentar um serviço de excelência, sempre atual no que se refere aos métodos e sólida quanto aos conteúdos e valores pautados na ética.

Por fim, pensando a educação como direito universal e desenvolvimento integral do indivíduo, o Concílio Vaticano II reconheceu o esforço no campo da educação como elemento fundamental para o desenvolvimento e aprimoramento da sociedade. Como a experiência da instituição religiosa ao longo da história lhe deu enormes possibilidades no campo da educação, a igreja também pode continuar a oferecer inúmeras contribuições na atualidade. Atualmente essa contribuição consiste na continuidade do diálogo com a sociedade contemporânea, mesmo que às vezes ainda seja feito de forma discreta.

Referências

- ALBERIGO, G. O Concílio Vaticano I. In: ALBERIGO, Giuseppe (Org.). *História dos Concílios Ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 1995a.
- _____. O Concílio Vaticano II. In: ALBERIGO, Giuseppe (Org.). *História dos Concílios Ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 1995b.
- ALMEIDA, A. J. Atualização. In: *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2015.
- ALMEIDA, J. C. A educação cristã: valores, sujeitos e caminhos – Gravissimum Educationis. In: ALMEIDA, J. C.; MAÇANEIRO, M. (Orgs.). *As janelas do Vaticano II: a Igreja em diálogo com o mundo*. Aparecida: Santuário, 2013. p. 479-491.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação e da pedagogia*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- BENTO XVI. *Discurso do Santo Padre durante a visita ao campo de concentração de Auschwitz-Birkenau*. 2006. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2006/may/documents/hf_ben-xvi_spe_20060528_auschwitz-birkenau.html>. Acesso em: 12 out. 2016.
- BÍBLIA. A Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.
- CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: UNESP, 1999.
- DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. 2. ed. São Paulo: Paulinas; Loyola, 2010.
- DOMINGOS, M. F. N. Ensino Religioso e Estado Laico: uma lição de tolerância. *Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, Set. 2009. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv3_2009/t_domingos.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2017.
- GAUDIUM ET SPES. Constituição Pastoral. 1965. In: *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011.
- GODMAN, Peter. *O Vaticano e Hitler: a condenação secreta*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- GONÇALVES, Paulo S. L.; BOMBONATTO, Vera I. (Orgs.). *Concílio Vaticano II: análise e prospectivas*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2005.
- JOÃO XXIII. Humanae Salutis. Constituição Apostólica. 1961. In: *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011a.
- _____. Discurso do Papa João XXIII na abertura solene do Concílio. 1962. In: *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011b.
- JUNQUEIRA, S. R. A. Educação. In: *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2015a.
- _____. Gravissimum Educationis. In: *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2015b.
- KLOPPENBURG, B. *Concílio Vaticano II: Documentário Preconciliar*. Petrópolis: Vozes, [s.d.]. v. 1.
- _____. *Concílio Vaticano II: Terceira Sessão*. Petrópolis: Vozes, [s.d.]. v. 4.

- KLOPPENBURG, B. A III Sessão do Vaticano II. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 24, fasc. 4, dez. 1964.
- LENZENWEGER, J. et al. *História da Igreja Católica*. São Paulo: Loyola, 2006.
- LIBANIO, J. B. *Concílio Vaticano II: em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Loyola, 2005.
- LUMEN GENTIUM. Constituição Dogmática. In: *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011.
- O'MALLEY, J. W. *O que aconteceu no Vaticano II*. São Paulo: Loyola, 2014.
- PAULO VI. Discurso do Papa Paulo VI na última sessão do Concílio Vaticano II. 1965. In: *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011.
- SOUZA, Ney de. Uma análise da sociedade no caminho do Vaticano II. *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo, v. 12, n. 48, jul./set. 2004.
- SOUZA, N.; GONÇALVES, P. S. L. *Catolicismo e sociedade contemporânea*. Do Concílio Vaticano I ao contexto histórico-teológico do Concílio Vaticano II. São Paulo: Paulus, 2013.
- SOUZA, Ney de. Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II. In: GONÇALVES, Paulo S. L.; BOMBONATTO, Vera I (Orgs.). *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2005.
- STEIN, Gesuina Burin. *A educação nos documentos da Igreja Católica Apostólica Romana*. Brasília: Universa, 2001.
- VEIGA, Cynthia Greive. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 2007.
- ZAGHENI, Guido. *A Idade Contemporânea: curso de história da Igreja*. São Paulo: Paulus, 1999.
- ZANON, D. *Para ler o Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2012.